MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 073/2016

Senhor Presidente:

Submeto à consideração de Vossa Excelência e demais nobres Vereadores, o anexo Projeto de Lei nº 068/2016, que INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PLAMSAN DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, visando aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, declarou o compromisso de elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (parte integrante do termo de adesão ao sistema), em consonância com os princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, ambos de 23 de novembro de 2007, com o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 e demais normas administrativas da Câmara Interministerial de segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN.

Assim, esperando não haver nenhum óbice com relação à matéria, diante das justificativas formuladas, submetemos o assunto à elevada consideração dessa Casa Legislativa, **em sua apreciação, se possível,** com convocação de **sessões extraordinárias**, caso necessário, esperando as medidas adotadas para sua aprovação dentro dos próximos dias.

Gabinete do Prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 09 de dezembro de 2016.

MOACIR LUIZ FROEHLICH
Prefeito

Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon - Paraná
PROTOCOLO GERAL 0001768
Data: 12/12/2016 Horário: 11:49

Excelentíssimo Senhor
JOÃO MARCOS GOMES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ

PROJETO DE LEI nº 068/2016, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PLAMSAN DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, aprovou a seguinte LEI:

Art. 1° - Fica instituído o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN de Marechal Cândido Rondon, Paraná, conforme o anexo I dessa Lei.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 09 de dezembro de 2016.

MOACIR LUIZ FROEHLICH
Prefeito

SISAN

SISTEMA NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2016/2017

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

Moacir Luiz Froehlich
Prefeito Municipal

Silvestre Cóttica
Vice-Prefeito Municipal

Comissão técnica para elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Coordenação: Rafael Cristiano Heinrich

Membros:

Elly Ana Pootz Borilli	Secretaria municipal de Educação
Jaciara Reis Nogueira Garcia	Secretaria municipal de Educação
Rafael Cristiano Heinrich	Secretaria municipal da Saúde
Urbano Mertz	Secretaria municipal de Agricultura
Vanessa Eckert	Secretaria municipal de Assistência Social

Convidados:

Eliane Ap. Laiol do Amarante	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Herbert Bier	Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos
Maximiliane Alavarse Zambom	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Vanice Marli Fülber	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN - MCR)
Secretária executiva: Elly Ana Pootz Borilli

Pleno secretarial:

Maria Cleonice Spohr Froehlich	Secretária municipal da Assistencial Social
Marta Salete Bendo	Secretária municipal da Educação
Vera Karling Drehmer	Secretária municipal da Saúde
Vilmar Antônio Mantovani	Secretário municipal de Agricultura

Pleno executivo:

Elly Ana Pootz Borilli	Secretaria municipal de Educação
Jaciara Reis Nogueira Garcia	Secretaria municipal de Educação
Rafael Cristiano Heinrich	Secretaria municipal da Saúde
Urbano Mertz	Secretaria municipal de Agricultura
Vanessa Eckert	Secretaria municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA - MCR)

Presidente: Sidnei Francisco Muller
Secretário: Herbert Bier
Secretária executiva: Jaciara Reis Nogueira Garcia

Conselheiros Titulares

Não Governamentais

Charlene Cristina da Silva Agnes	Associação Comercial e Empresarial de M.C.R
Herbert Bier	Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos
Elly Ana Pootz Borilli	Associação de Nutricionistas do Oeste do Paraná - ANUOP
Sidnei Francisco Muller	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA
Maria Conceição Bartmanovicz	Pastoral da Criança
Francisco Charles Alves	Rede Ecovida de Agroecologia
Valdemar Eduardo Kaiser	Sindicato Rural de Mal.Cdo. Rondon
Nardel Luiz Soares da Silva	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Governamentais

Jaciara Reis Nogueira Garcia	Secretaria municipal de Educação
Alexandra Mendonça	Secretaria municipal da Saúde
Urbano Mertz	Secretaria municipal de Agricultura
Ozni Royer	Secretaria municipal de Assistência Social

Conselheiros Suplentes

Não Governamentais

Sandra Schneider	Associação Comercial e Empresarial de M.C.R
Ary Luckmann	Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos
Rafael Cristiano Heinrich	Associação de Nutricionistas do Oeste do Paraná - ANUOP
Sidnei Francisco Muller	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA
Marli Alflen	Pastoral da Criança
Leonida Philippsen	Rede Ecovida de Agroecologia
Mirian Krause	Sindicato Rural de Mal.Cdo. Rondon
Wilson João Zonin	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Governamentais

Sebastião Alves	Secretaria municipal de Educação
Fabiane Berwig	Secretaria municipal da Saúde
Valdecir Laiter	Secretaria municipal de Agricultura
Leonir Giliane Reuter	Secretaria municipal de Assistência Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO *6*

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 7

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON 8

1.1 PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS 9

1.1.1 CULTURAS AGROINDUSTRIAIS 9

1.1.2 CULTURAS DA AGRICULTURA FAMILIAR 10

1.1.3 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: 11

1.1.4 - AGROINDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE GRÃOS ORGÂNICOS 12

1.1.5 COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR 12

1.1.6 POLÍTICA PÚBLICA PARA INCENTIVO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS 13

1.2 RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA 14

1.2.1 PERFIL SOCIAL 16

1.2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS 16

1.2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) – 2010 18

1.2.5 GARANTIA DE RENDA 19

1.2.6 ACESSO A SERVIÇOS 21

1.2.7 INCLUSÃO PRODUTIVA 22

1.3 ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL 23

1.4 SAÚDE E NUTRIÇÃO 23

1.4.1 ACESSO 23

1.4.2 NUTRIÇÃO ESPECIAL 24

1.4.3 PROMOÇÃO DA SAÚDE 24

1.4.4 AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA 25

1.4.5 VIGIAGUA 25

1.5 EDUCAÇÃO 25

CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DO SISAN E SUA CONSOLIDAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR 30

CAPÍTULO 3 – AÇOES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESENVOLVIDAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR.....31

Diretriz 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;.....32

Diretriz 2 – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológica;.....33

Diretriz 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;.....34

Diretriz 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;.....36

Diretriz 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;.....37

Diretriz 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;.....38

Diretriz 7 – Apoio à iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais;.....39

Diretriz 8 – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.....40

CAPÍTULO 4 – INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MAL CADO RONDON..... 41

CAPÍTULO 5 – DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PARANÁ.....43

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES.....45

APRESENTAÇÃO

Criado pela Lei 11.346/2006, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN está completando 10 anos de existência, podendo ser constatados importantes avanços na sua institucionalização e fortalecimento, tais como a normatização do funcionamento da CAISAN e do CONSEA nacionais, a instituição da Política Nacional de SAN e a elaboração e monitoramento do primeiro e do segundo Plano Nacional de SAN.

A referida lei estabelece o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como "a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis"

Nesse contexto, para o cumprimento do dever, o município busca incessantemente a consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional, através de ações promotoras do desenvolvimento econômico, orientado por objetivos sociais e por uma visão pautada na ética, na equidade, na cidadania e na democracia. Tudo isso em bases sustentáveis.

Com a aprovação da Lei nº 4.729, de 18 de dezembro de 2014, os componentes do SISAN foram instituídos no município de Marechal Cândido Rondon, e progressivamente, o município assumiu a obrigatoriedade de promover ações que corroboram com a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Em 2015, regulamentou-se o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, e criou-se a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Essas ações foram fundamentais para a adesão do município ao SISAN e para o compromisso de elaborar e lançar o Plano de SAN, no período de um ano.

O Plano é resultado de um trabalho intersetorial envolvendo diversas secretarias do governo municipal, como também da sociedade civil organizada e outras instituições governamentais, que se reuniram para discutir as interfaces e as ações que poderiam compor esse documento.

Estão aqui contempladas ações de combate à fome, à exclusão social e o estímulo a hábitos alimentares saudáveis, além da geração de renda vinculada à alimentação saudável e inclusão social, e o consumo consciente dos alimentos, como o fortalecimento da agricultura familiar e maior acesso a produtos orgânicos.

Desta forma, espera-se que este instrumento, seja o grande marco que servirá para consolidar os programas e ações relacionados às diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar, explicitando a responsabilidade dos órgãos governamentais e da sociedade civil, no cumprimento das metas, cujos resultados deverão ser monitorados e avaliados para que a política de segurança alimentar garanta a concretização de projetos, e a execução de programas e ações que garantam o direito humano à alimentação adequada, a todos os cidadãos.

7CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os avanços obtidos no **acesso à alimentação** no Brasil nos últimos anos é resultado de um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento da fome e da pobreza, como o aumento real do salário mínimo, a progressiva expansão do Programa Bolsa Família, o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

O indicador da pobreza e da extrema pobreza tem importante relação com a segurança alimentar e nutricional, pois no Brasil, e, em muitos países, a ausência de renda é o principal fator que impede os indivíduos de terem acesso aos alimentos. Ou seja, há alimentos suficientes à disposição, mas a falta de renda e sua injusta distribuição impossibilita este acesso à maioria da população.

A respeito da **produção de alimentos e do abastecimento alimentar,** outra dimensão importante a ser observada quando se fala em segurança alimentar e nutricional, pode-se dizer que o Brasil é autossuficiente na produção dos alimentos básicos consumidos pela população, a exceção do trigo.

A agricultura familiar representa importante setor quando se fala na produção de alimentos para consumo interno, empregando 12,3 milhões de pessoas (74,4% do pessoal ocupado), e produzindo uma quantidade maior dos alimentos básicos consumidos internamente, quando comparado com a agricultura patronal.

Segundo dados do Censo 2006, produziam 83% da produção nacional de mandioca, 69,6% da produção de feijão, 45,5% do milho, 38% do café, 33% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), possuíam 59% do plantel de suínos, 51% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produzem 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (14%).

Além da questão econômica propriamente dita a agricultura familiar está associada a dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais identificadas com a construção do conceito de SAN no Brasil

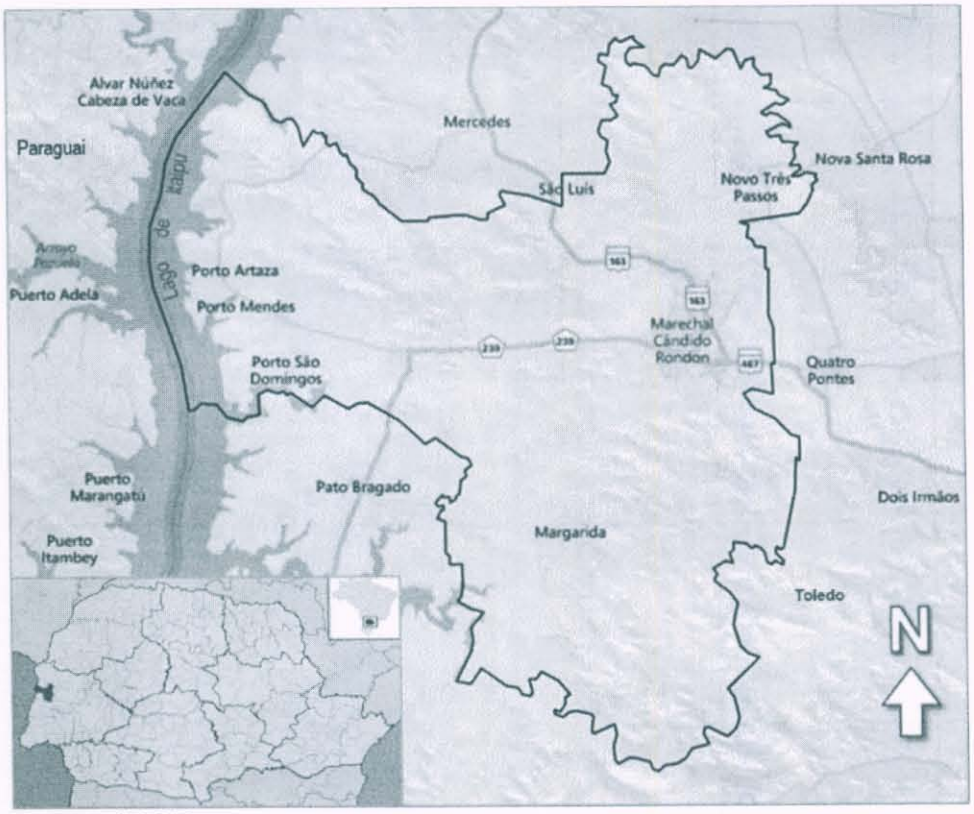
De forma geral, o fomento à agricultura familiar garante a diminuição da pobreza e da desigualdade no meio rural, uma maior diversificação na produção de alimentos, o fortalecimento do abastecimento alimentar em localidades distantes e a consequente dinamização das economias locais.

Com relação aos hábitos alimentares, os dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF - 2002/2003 e 2008/2009) sobre disponibilidade domiciliar de alimentos são indicativos do padrão de consumo alimentar da população brasileira, que combina uma dieta tradicional, baseada no arroz e feijão, com alimentos de baixo teor de nutrientes e alto valor calórico. O crescente consumo de produtos ricos em açúcares (sucos, refrigerantes e refrescos) e gorduras (produtos ultraprocessados) alia-se ao consumo de frutas e hortaliças aquém do recomendado.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE) mostrou que, nos últimos 11 anos, a frequência de excesso de peso aumentou 14,2% na população masculina e 17,3% na população feminina. 57% da população adulta está com excesso de peso e 21,3% com obesidade, 1/3 das crianças de 5 a 9 anos já estão com sobrepeso e, na adolescência (13 a 15 anos) o excesso de peso ultrapassa os 20%.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Localização do Município de Marechal Cândido Rondon – PR



Fonte: IBGE

O Município de Marechal Cândido Rondon, localiza-se na Região Oeste do Paraná. A população estimada para 2015 é de 50.808 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.1 PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

A economia do município está baseada na agropecuária (soja, mandioca, milho, frutas, fumo, feijão, gado de leite, aves, suínos, etc), na agroindústria (laticínios, alimentos), na indústria (extrativa, transformação, móveis, alimentos) e nos serviços.

81.1.1 CULTURAS AGROINDUSTRIAIS

Quadro 1 - Produção das Culturas Agroindustriais em 2015:

Cultura	Área	Produção
Soja	28.950 hect	91.764 ton
Milho	27.000 hect.	159.000 ton.
Mandioca	3.000 hect.	120.000 ton
Feijão	70 hect.	75 ton
Trigo	2.000 hect	4.000 ton
Fumo em folha	312 hect.	771 ton.

Fontes: IPARDES (2016); IBGE (2006)

1.1.2 CULTURAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Quadro 2 - Produção de grãos e hortigranjeiros para consumo local (feira, mercados, consumo próprio):

Cultura	Área (Hectares)	Produção (Toneladas)
Abóbora / abobrinha	10	130
Alface	16	400
Amendoim	8	16 t
Amendoim em Casca	10	20
Arroz em Casca	10	15
Batata Doce	8,5	128
Berinjela	2	30
Beterraba	2,8	38
Brócolis	6	72
Couve-flor	9,5	85,5
Mandioca (aipim)	6	120
Melão	5	13
Milho Verde	0,8	56.000 un
Pepino	5	60
Pimentão	1,5	15
Repolho	11	187
Tomate	2,2	44
Quiabo	4	30

Fonte: IPARDES (2016; IBGE (2006); DERAL/SEAB (2016)

Quadro 3 - Principais frutíferas cultivadas no município:

Cultura	Área (Hectares)	Produção (Toneladas)
Abacate	**4**	**120**
Manga	5	46
Melancia	**13**	**286**
Melão	5	13
Figo	1	10
Goiaba	2	23
Limão	3	36
Uva	**9**	**135**
Banana	**5**	**100**
Laranja	3	24
Pêssego	2,5	18

Fonte: IPARDES (2016; IBGE (2006); DERAL/SEAB (2016)

Quadro 4 - Explorações e produção de produtos pecuários diversos:

Criações	Plantel Alojado	Produção Anual (Toneladas)
Suinos	380.377 cabeças	Sem dados
Aves Abate Industrial	3.423.460 cabeças	Sem dados
Aves Caipiras	62.000 cabeças	Sem dados
Aves de postura - Ovos	50.000 cabeças	650.000 dz
Bovinos Leite (ordenhadas)	22.129 cabeças	112.857t.
Peixes (Lâmina de água)	175 hectares	1.250 ton
Ovinos	2.700 cabeças	Sem dados
Caprinos	550 cabeças	Sem dados

Fontes: IBGE (2006); IPARDES (2016); DERAL (2016)

Quadro 5 - Produtos de origem animal diversos:

Produto	Produtores	Produção (Toneladas)
Ovos de Granja e caipiras	Sem dados	570.000 dúzias
Queijo Industrial	1	18.000 toneladas
Queijo coloniais	Sem dados	Sem dados
Mel	Sem dados	55 toneladas

Fonte: IPARDES (2016; IBGE (2006); DERAL/SEAB (2016)

101.1.3 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA:

O município também é produtor de alimentos agroecológicos e os envolvidos participam de uma associação para a comercialização dos produtos, a ACEMPRE – Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos.

A ACEMPRE, criada em 1992, comercializa os produtos de pequenos produtores associados em loja própria, assim como nos diversos supermercados da cidade. A associação possui grandes interações com uma organização não governamental chamada CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. Desde 1997, quando o CAPA iniciou sua atuação na região, ficou e ainda é responsável pelo acompanhamento técnico dos produtores da ACEMPRE. Este assessoramento é feito com foco na agroecologia. (CONSTANTY e ZONIN, pg. 380, 2016).

O Município tem uma longa tradição na produção agroecológica de frutas e olerícolas. Na década de 60, o Pioneiro Germano F. Hardke instalou uma horta de 0,5 hectare na região da Vila Gaúcha, onde atuou na produção de frutas e olerícolas até o ano de sue falecimento, em 2009.

Na década de 90, inúmeros produtores aderiram à atividade, através da ACEMPRE, incentivados pelo apoio técnico do CAPA, que promoveu a conversão de sistemas convencionais para sistemas agroecológicos.

Em 1991, foi instalada a Feira do Produtor, onde a produção com base orgânica nunca deixou de ser ofertada aos consumidores do município.

Atualmente, o municípçio conta com 92 produtores, com 46,4 hectares com frutas, olerícolas, grãos e produtos pecuários diversos produzidos em sistema orgânico, com certificados como o Selo da Rede Ecolvida, ECOCERT e outros. Estes produtores possuem 28 hectares em sistema de conversão, utilizando algumas práticas convencionais, ou com uso de insumos não certificados.

1.1.4 - AGROINDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE GRÃOS ORGÂNICOS

Quadro 6 - Produtos da agricultura familiar beneficiados no município:

PRODUTO	QUANTIDADE - Toneladas/ano
Arroz	15
Milho	22
Centeio	5
Trigo	95
Soja	1

Fonte: Moinho Gaabe (Out/2016).

111.1.5 COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PNAE

PRODUTOS (Discriminados individualmente)	CATEGORIA	QTDE	UN (Kg/Dz/Un/L)

ABACATE ORGANICO	ORGÂNICO	30	KG
ABACATE		279	KG
AÇAFRAO		29	KG
ABOBRINHA ORGANICA	ORGÂNICO	410	KG
ABOBRINHA		1871	KG
ACELGA		927	KG
ACEROLA		1249	KG
AGRIÃO		525	MAÇO
ALMEIRAO		291	KG
ALMEIRAO org	ORGÂNICO	70	KG
ALFACE		1918	KG
ALFACE ORGANICO	ORGÂNICO	421	KG
ALHO		105	KG
ARROZ INTEGRAL ORGÂNICO	ORGÂNICO	485	KG
ARROZ POLIDO ORGÂNICO	ORGÂNICO	1190	KG
BANANA		4036	KG
BANANA ORGANICA	ORGÂNICO	250	KG
BATATA DOCE		1132	KG
BATATA DOCE org	ORGÂNICO	100	KG
BETERRABA		1329	KG
BERINJELA		350	KG
BOLACHA CASEIRA		1090	KG
BROCOLIS		2082	KG
BROCOLIS org	ORGÂNICO	666	KG
CARAMBOLA		377	KG
CAQUI		300	KG
CHICÓRIA		404	MAÇO
CEBOLA		997	KG
CEBOLINHA		55	MAÇO
CEBOLINHA ORGANICA	ORGÂNICO	25	MAÇO
CENOURA		2176	KG
CENOURA ORGANICA	ORGÂNICO	1245	KG
CHICORIA ORGANICA	ORGÂNICO	65	MAÇO
CHUCHU		1111	KG
CHUCHU org	ORGÂNICO	50	KG
COLORAU		100	KG
COUVE FOLHA		800	MAÇO
COUVE FOLHA org	ORGÂNICO	75	MAÇO
COUVE-FLOR		2541	KG
COUVE-FLOR ORGANICA	ORGÂNICO	671	KG
COOKIES DE LARANJA SEM GLUTEN E LACTOSE	ORGÂNICO	103	KG
COOKIES DE AMENDOIM SEM GLUTEN E LACTOSE	ORGÂNICO	400	KG
FARINHA DE TRIGO ORGANICA	ORGÂNICO	1800	KG
FARINHA DE TRIGO INTEGRAL ORGANICA	ORGÂNICO	800	KG
FIBRA DE TRIGO ORGANICA	ORGÂNICO	125	KG
FIBRA DE ARROZ ORGANICA	ORGÂNICO	105	KG
FEIJÃO CARIOCA		945	KG
FUBÁ ORGANICO	ORGÂNICO	264	KG
PRODUTOS (Discriminados individualmente)	**CATEGORIA**	**QTDE**	**UN (Kg/Dz/Un/L)**
GOIABA		1390	KG
LARANJA		1145	KG
MAMAO		735	KG

MAMAO ORGANICO	ORGÂNICO	100	KG
MANDIOCA DESCASCADA CONGELADA		1811	KG
MILHO VERDE		1048	KG
MORANGA/ABOBORA		1000	KG
MORANGO CONGELADO		1438	KG
OVOS		838	KG
PÃO CASEIRO		1339	KG
REPOLHO		1228	KG
REPOLHO ORGANICO	ORGÂNICO	204	KG
RUCULA		261	MAÇO
RUCULA ORGANICA	ORGÂNICO	174	MAÇO
SALSA		262	MAÇO
SALSA ORGANICA	ORGÂNICO	103	MAÇO
TANGERINA		1150	KG
TOMATE		2040	KG
TOMATE ORGÂNICO	ORGÂNICO	1400	KG
PEPINO		1097	KG
PEPINO org	ORGÂNICO	78	KG
RABANETE		27	KG
RABANETE ORGANICO	ORGÂNICO	80	KG
UVA	ORGÂNICO	1400	KG
VAGEM		50	KG
VAGEM org	ORGÂNICO	350	KG
PESSEGO		700	KG
SOJA EM GRÃOS ORGANICA		25	KG
TRIGO EM GRÃO ORGANICO	ORGÂNICO	20	KG
MACARRÃO CASEIRO		154	KG
MACARRÃO CASEIRO T. ESPAGUETE	ORGÂNICO	396	KG
MACARRÃO CASEIRO COL. T. PARAFUSO	ORGÂNICO	599	KG
MACARRÃO CASEIRO COL. T. PENE	ORGÂNICO	400	KG
MACARRÃO CASEIRO COL. T. CONCHINHA	ORGÂNICO	200	KG
LIMAO		435	KG
REPOLHO ROXO		400	KG
MARACUJÁ		450	KG
MEL		60	KG
NECTARINA		150	KG
MELÃO		700	KG
INHAME		200	KG
CARÁ		150	KG
JABUTICABA		50	KG
ESPINAFRE		106	MAÇO
MILHO PIPOCA		30	KG
QUIABO		70	KG
QUIABO ORG	ORGANICO	20	KG
MELANCIA		200	KG

131.1.6 POLÍTICA PÚBLICA PARA INCENTIVO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O Município de Marechal Cândido Rondon desenvolve ações de apoio à produção agropecuária e à Segurança Alimentar e Nutricional, através de convênios e contratos de cooperação com as seguintes entidades:

a) CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecológica

Contrato de Prestação de Serviços entre o Município e a Secretaria Municipal de Agricultura e Política Ambiental, com repasse mensal de recursos para apoio, fomento e acompanhamento da produção agroecológica no município:

- 92 produtores atendidos;
- 46,4 hectares em produção orgânica certificada;
- 28 hectares em conversão.

b) ACEMPRE

Até 2014, o município mantinha convênio com apoio mensal de recursos para a Associação. Esta associação está estabelecida em prédio do município, com apoio do Município para aluguel, energia elétrica e água.

Neste local são comercializados produtos coloniais diversos e hortifrutigranjeiros orgânicos, com espaço para armazenagem em câmara fria e classificação de produtos distribuídos para comercialização em supermercados da cidade.

c) Feira do Produtor

A feira do Produtor estabelecida na Rua D. João VI funciona nas terças e sextas-feiras, a partir das 17h00, com grande fluxo de consumidores. São 14 produtores que comercializam na feira.

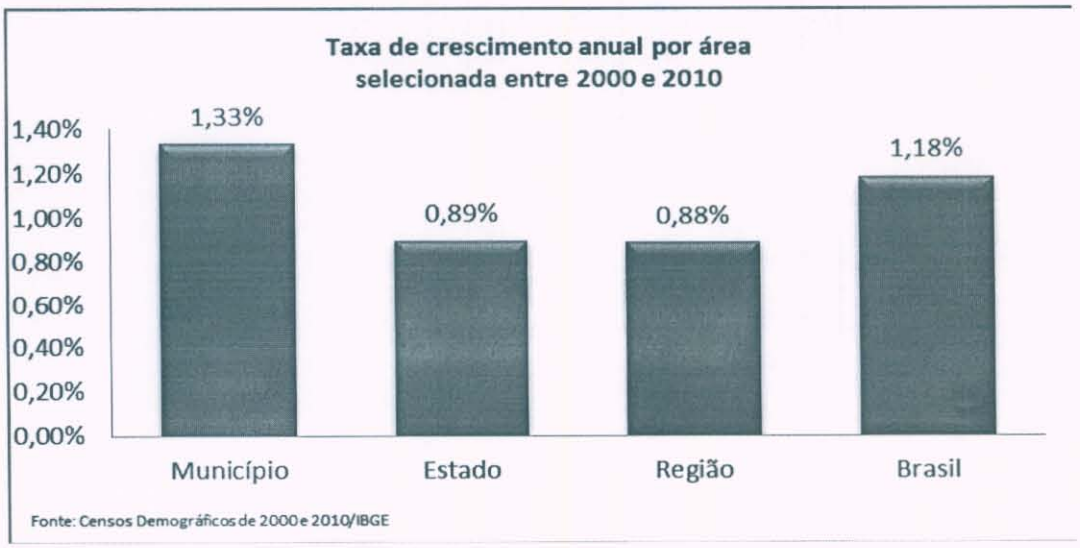
Quadro 8 - Produtos vendidos na Feira do Produtor:

Tipo de produtos	Produtores	Comercialização mensal

Hortifrutigranjeiros (legumes, verduras, folhosas, etc)	5	Legumes div.: 570kg Folhosas div: 3.000 un Mandioca: 200 kg.
Morango e frutas diversas	5	Morango: 300 kg Limão: 200 kg Amendoim: 120 kg Banana: 520 kg
Doces e derivados de frutas (sucos, chimias, geleias, etc)	4	Sucos: 160 un Chimias: 85 kg Conservas: 125 un.
Mel	2	Mel de abelha: 140 kg
Panificados diversos (pães, bolos, bolachas, cucas, biscoitos, calça virada, sonho, etc)	5	Panificados div.: 4.042 kg Pão de queijo: 32 kg
Derivados de Leite (Queijo e nata)	1	420 kg
Derivados de cana	6	Melado: 390 kg Pé-de-moleque: 130 kg Garapa: 800 lt. Aç. Mascavo: 165 kg
Frango Caipira e de granja	1	250 kg
Derivados de carne (salame, linguiça, banha, torresmo, kit feijoada, etc)	4	4030 kg.
Café	1	20kg
Ovos caipiras e de granja	3	240 dz
Temperos e chás,	2	180 mç
Bebidas diversas: vinho, aguardente, licores	3	Vinho e Licores:460 lts Aguardente:112 lts
Peixe e File de Tilápia	2	170 kg
Alimentação na hora: Pastel, Espetinho de carne, Tapioca, Waffel, Churros, Batata palha, Sanduíche e Esfiha	6	Pasteis: 1000 un Espetinhos: 200 kg Churros: 950 un Batata palha: 32 kg Sanduíches (nat, X):160 un Esfiha: 1.440 un Tapioca: 80 un X Salada: 40 un Waffel: 400 un Crepe: 120 Un

1.2 RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA

A população do município de Marechal Cândido Rondon ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,33% ao ano, passando de 41.014 para 46.819 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,89% ao ano, e superior a cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.

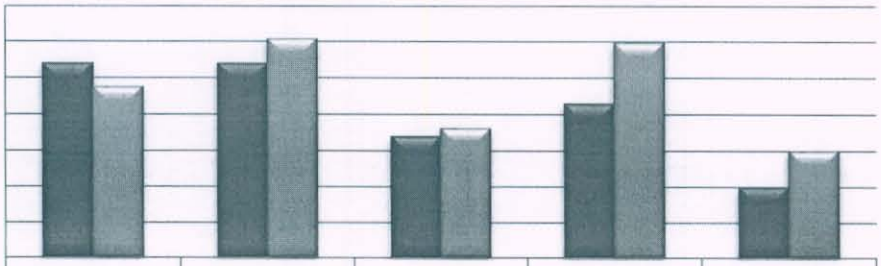


A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 76,19% e em 2010 a passou a representar 83,61% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 4,2% em média. Em 2000, este grupo representava 9,7% da população, já em 2010 detinha 12,8% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-1,3% ao ano). Crianças e jovens detinham 26,4% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 10.835 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 20,3% da população, totalizando 9.513 habitantes.

População residente no município por faixa etária entre 2000 e 2010



	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
2000	10.835	10.834	6.771	8.590	3.977
2010	9.513	12.159	7.229	11.930	5.988

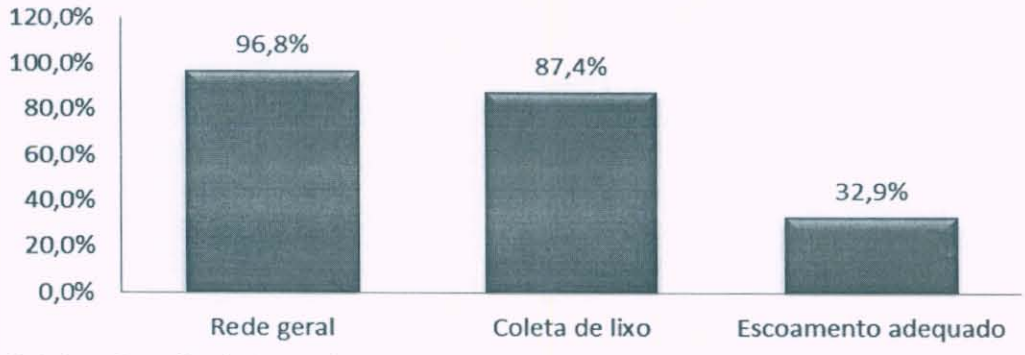
Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,80% ao ano), passando de 26.195 habitantes em 2000 para 31.318 em 2010. Em 2010, este grupo representava 66,9% da população do município.

1.2.1 PERFIL SOCIAL

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 87,4% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 96,8% dos domicílios particulares permanentes e 32,9% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

Proporção de domicílios com acesso a rede de abastecimento de água, a coleta de lixo e ao escoamento do banheiro ou sanitário adequado em 2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE

Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 1,0% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (1,2% da população na extrema pobreza na área rural contra 0,9% na área urbana).

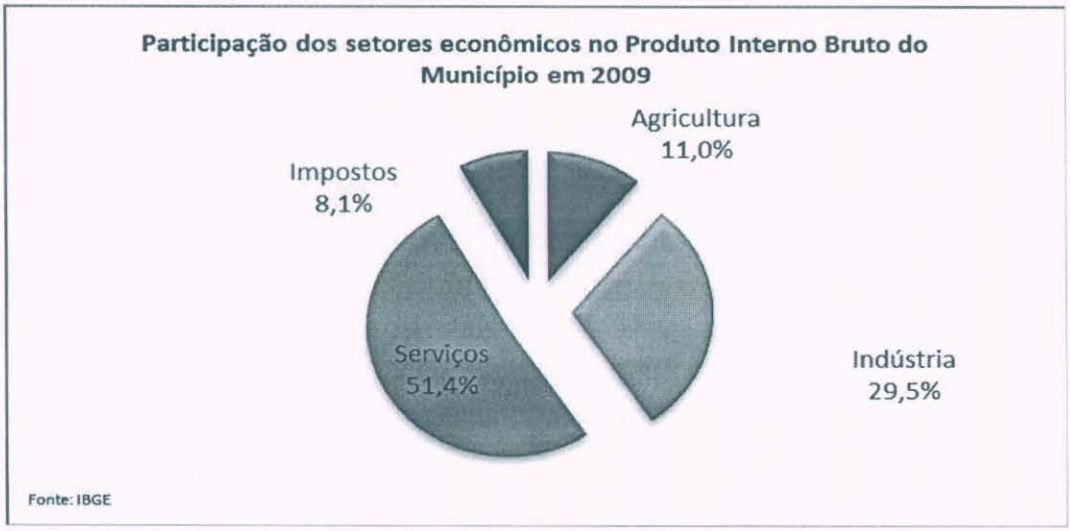


Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 3,6%. Na área urbana, a taxa era de 3,5% e na zona rural era de 4,1%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,6%.

1.2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS

1.2.3.1 Produção

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 39,0%, passando de R$ 641,1 milhões para R$ 890,9 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 50,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,51% para 0,47% no período de 2005 a 2009.



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 51,4% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 29,5% em 2009 contra 23,5% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 23,5% em 2005 para 24,7% em 2009.



1.2.3.2 Mercado de trabalho

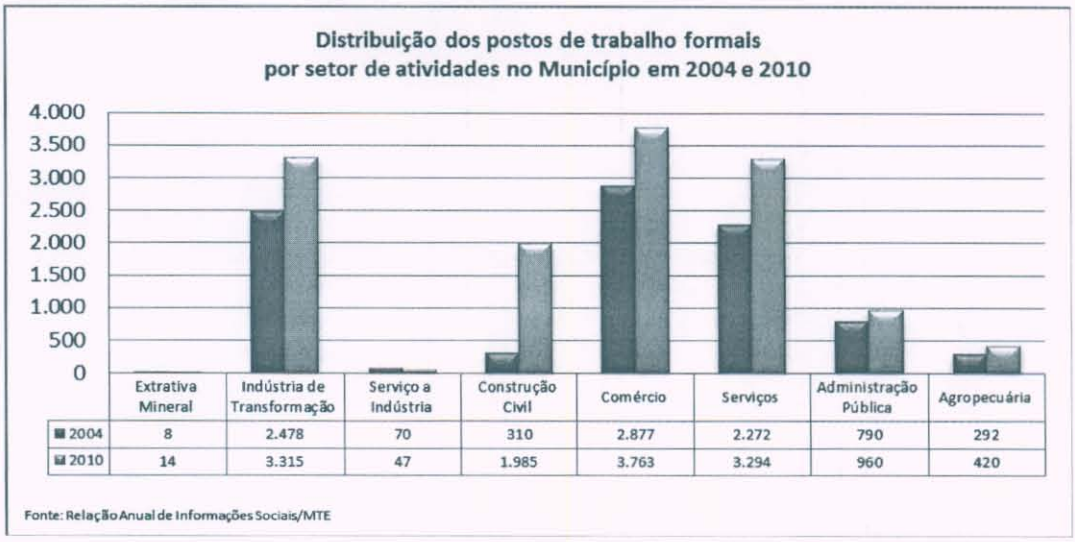
O mercado de trabalho formal do município apresentou em seis anos saldos neste positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas período foi de 4.881. No último ano as admissões registraram 8.319 contratações contra 8.024 demissões.



	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Admitidos	4.193	5.240	6.763	6.686	9.015	7.731	8.319
Desligados	3.611	4.200	5.297	5.919	8.340	8.493	8.024

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 13.798 postos, 51,7% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 36,9% no mesmo período.

Comércio foi o setor com maior volume de empregos formais, com 3.763 postos de trabalho, seguido pelo setor de Indústria de Transformação com 3.315 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 51,3% do total dos empregos formais do município.



Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Construção Civil (de 3,41% em 2004 para 14,39% em 2010) e Extrativa Mineral (de 0,09% para 0,10%). A que mais perdeu participação foi Comércio de 31,63% para 27,27%.

1.2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) – 2010

INFORMAÇÃO	ÍNDICE	UNIDADE
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	**0,774**	
IDHM – Longevidade	**0,842**	
Esperança de vida ao nascer	75,51	Anos
IDHM – Educação	**0,704**	
Escolaridade da população adulta 0,56	0,56	
Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar)	0,78	
IDHM – Renda	**0,782**	
Renda per capita	1.036,38	R$ 1,00
Classificação nacional	**185**	

*O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

1.2.5 GARANTIA DE RENDA

1.2.5.1 Programa Bolsa Família

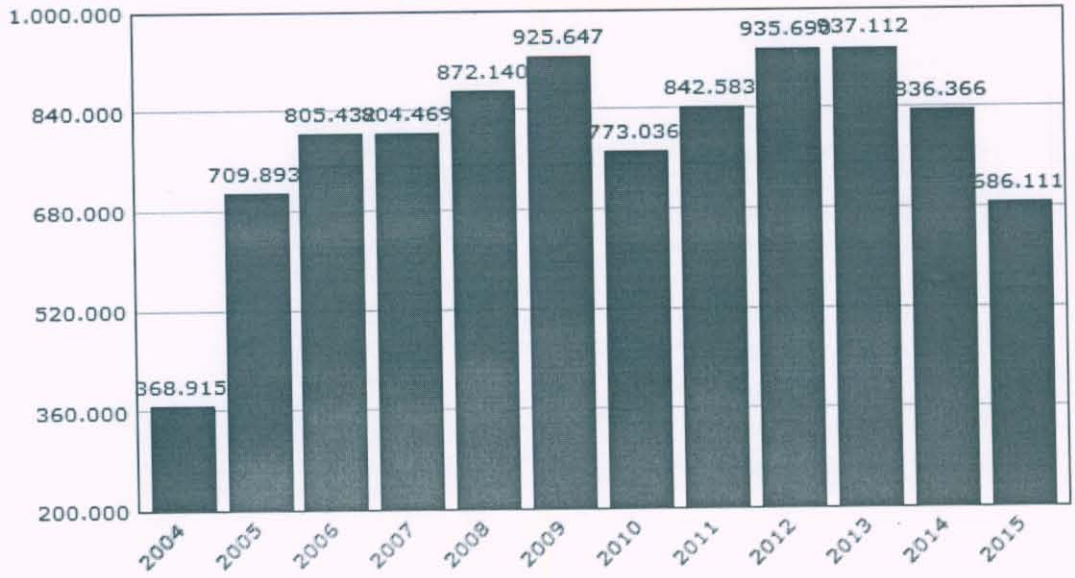
Em abril de 2016, o município tinha 448 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. Exite uma estimativa de que o município tenha um total de 1170 famílias com perfil para o Programa Bolsa Família. Cobertura em abril de 2016 é de 38,26% sobre a estimativa.

Foram transferidos R$ 55.504,00 às famílias beneficiárias do Programa em abril de 2016.

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a abril de 2016, houve diminuição de 41,51 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.

Valores anuais nominais repassados pelo Programa Bolsa Família (R$) em MCR



1.2.5.2 Condicionalidades

Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

No município, 87,90 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 86,70 %. Na área da saúde, o acompanhamento chega a 99,79 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 76,81.

1.2.5.3 Benefícios variáveis Gestantes e Nutrizes

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em abril de 2016, 9 famílias recebiam o benefício variável à gestante (BVG) e 10 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no município.

1.2.5.4 Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R$ 77,00 por pessoa.

Com o Brasil Sem Miséria, a fórmula de cálculos dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superam o patamar da extrema pobreza.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços.

1.2.5.5 Cadastro Único e o público-alvo do plano em Marechal Cândido Rondon

Para o acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de fevereiro de 2016 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2016 do Programa Bolsa Família, o município tem:

- 3.151 famílias registradas no Cadastro Único
- 448 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (3,55% das famílias do município).

1.2.5.6 Cobertura cadastral e busca ativa

Para avaliar as necessidades da gestão do Cadastro Único em cada cidade, o MDS trabalha com estimativas municipais da quantidade de famílias que devem ser incluídas no Cadastro (todas as famílias do município com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa).

De junho de 2011 a janeiro de 2016, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 41 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam a miséria.

1.2.6 ACESSO A SERVIÇOS

1.2.6. 1 Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias

e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros.

O município de Marechal Candido Rondon em seu território conta com os seguintes equipamentos.

01 Centro de Referencia de Assistência Social – CRAS, mais uma equipe volante.

01 Centro de Referencia Especializado de Assistência Social – CREAS.

01 Centro de Atendimento a Família- CAF.

01 Centro de Convivência e fortalecimento de vinculo em Porto Mendes.

01 Casa Lar – acolhimento institucional para criança e adolescente.

O Suas também traz os Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma integrada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade, são divididos em dois.

1.2.6.2 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC): transferência mensal de um salário mínimo à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade. Nos dois casos, o cidadão que pleiteia o benefício deve comprovar não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família. Fonte: MDS – referencia março de 2016.

Beneficio de Prestação Continuada	Beneficiário	Total de Repasse mensal
Deficiente	280	R$ 246.400,00
Idoso	412	R$ 362.560,00
		Total: R$ 608.960,00

1.2.6.3 Benefícios Eventuais: caracterizados por serem suplementares e temporários, prestados aos cidadãos e às famílias em casos de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade provisória e de calamidade pública.

O benefício deve ser oferecido nas seguintes situações:

Nascimento: para atender as necessidades do bebê que vai nascer; apoiar a mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento; e apoiar a família em caso de morte da mãe.

Morte: para atender as necessidades urgentes da família após a morte de um de seus provedores ou membros; atender as despesas de urna funerária, velório e sepultamento, desde que não haja no município outro benefício que garanta o atendimento a estas despesas.

Vulnerabilidade Temporária: para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família e outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Calamidade Pública: para garantir os meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia das pessoas e famílias atingidas.

1.2.7 INCLUSÃO PRODUTIVA

1.2.7.1 PRONATEC Brasil Sem Miséria

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC Brasil Sem Miséria, oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único.

Custeados pelo MEC, os cursos são ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema "S" (Senai, Senac, Senat e Senar), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica.

São diversas opções de cursos em áreas como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricista, auxiliar administrativo, entre outras.

Em 2014, foi pactuada a oferta de 225 vagas do PRONATEC Brasil Sem Miséria no município.

1.2.7.2 ACESSUAS Trabalho

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) transfere recursos do Governo Federal aos municípios para que eles desenvolvam ações que promovam a inclusão produtiva do público-alvo da assistência social.

As ações envolvem mobilização e encaminhamento ao PRONATEC Brasil Sem Miséria (e a outras iniciativas de inclusão produtiva) e o acompanhamento da permanência dos alunos nos cursos, entre outras atividades.

1.3 ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Com a consagração do Direito Humano à Alimentação Adequada, como algo inerente à dignidade humana e indispensável à realização dos demais direitos constitucionalmente garantidos, brota o dever do Poder Público em adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (Lei nº 11.346/2006).

Neste contexto o Programa Leite das Crianças - PLC, tem por objetivo auxiliar o combate à desnutrição infantil, por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite às crianças de 06 a 36 meses, pertencentes a famílias cuja renda per capta não ultrapassa meio salário mínimo

regional, além do fomento à agricultura familiar, proporcionando geração de emprego e renda, a busca pela qualidade do produto, pela remuneração equivalente, a inovação dos meios de produção e a fixação do homem no campo.

1.4 SAÚDE E NUTRIÇÃO

1.4.1 ACESSO

O município de Marechal Cândido Rondon possui atualmente 16 Unidades de Saúde, sendo 7 Unidades Básicas de Saúde - UBS e 9 Unidades de Saúde da Família – USF, com 1 equipe de Estratégia Saúde da Família - ESF em cada USF, tendo uma cobertura populacional de 14,6% no mês de junho de 2012 e de 65,10% no mês de junho de 2016. O município tem a previsão de ampliar a cobertura da Estratégia Saúde da Família, implantando um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

As USF estão assim localizadas: Augusto, Primavera, Alvorada, Lider, Jd Marechal, São Lucas, Vila Gaúcha, Margarida e Porto Mendes. E as UBS estão assim localizadas: Centro, Novo Três Passos, Novo Horizonte, Iguiporã, Bom Jardim, São Roque e Botafogo.

Compõem ainda a rede de serviços oferecidos pela Secretaria municipal de Saúde, uma unidade de saúde da Mulher e da Criança, 16 consultórios odontológicas, um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, sendo um CAPS I (que atua com foco nos transtornos mentais), uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas e um Hospital Municipal Dr Cruzatti.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) conta ainda com o Departamento de Vigilância em Saúde que é composta pela Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental, além de contar com o apoio dos Departamentos de Controle Interno e Juridico.

As ações de SAN na saúde são coordenadas pelo Setor de Nutrição da Unidade de Saúde do Centro, com atividades prioritariamente nas USF e na Vigilância Sanitária, entretanto por este tema ser abrangente, as ações acabam sendo intersetoriais e interdisciplinares.

A Vigilância Alimentar e Nutricional subsidia ações e informa os dados antropométricos e de consumo alimentar dos usuários das Unidades de Saúde. Envolve a avaliação, diagnóstico e monitoramento do estado nutricional dos usuários (Crianças que recebem leite do Programa Estadual Leite das Crianças, beneficiários do Programa Bolsa Família, crianças e gestantes acompanhadas nas Unidades de Saúde). Os dados são registrados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN e encaminhados automaticamente ao Ministério da Saúde. A partir do SISVAN, podem ser planejadas ações para melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional do município.



Total de crianças avaliadas em 2012 (n=424), 2013 (n=274), 2014 (n=242) e 2015 (n=208). Fonte: Relatórios consolidados SISVAN.

1.4.2 NUTRIÇÃO ESPECIAL

Segundo o artigo 2º, da Lei nº 11.346/2006, a alimentação adequada é um direito do ser humano, por isso o município oferece o serviço de Nutrição Especial, que abrange as ações de manutenção e recuperação da alimentação e do estado nutricional de indivíduos enfermos com impossibilidade de se alimentar via oral, utilizando a via enteral para administração de dietas industrializadas que contenham os nutrientes necessários. Ou ainda, crianças que necessitem de alimentação especializada, devido a desordens clínicas ou orgânicas, mediante indicação médica ou de nutricionista. O fornecimento de produtos é vinculado a orientações nutricionais e ao acompanhamento clínico e nutricional, visitas domiciliares e inquéritos com o paciente/requerente ou responsável. Existem alguns critérios preestabelecidos para o recebimento da dieta (residir em Marechal Cândido Rondon, indicação médica ou de nutricionista para uso da dieta/fórmula infantil especializada, prescrição médica ou de nutricionista atualizada e parecer social, que necessitam ser avaliados para posterior deferimento.

1.4.3 PROMOÇÃO DA SAÚDE

No artigo 4º, inciso III da Lei 11.346/2006, que se refere "a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social", são realizadas ações de educação em saúde nas USF que englobam orientações nutricionais, oficinas e atividades em grupos. A periodicidade é mensal em cada uma das USF. Envolve uma equipe multidisciplinar (Assistente Social, Nutricionista e Psicologa),

e a população adstrita a cada território. São espaços para orientação e prevenção de problemas, possibilitando a discussão e trocas de experiências entre os usuários e profissionais de saúde.

As ações especificamente voltadas a SAN envolvem estudo de casos, visitas domiciliares, grupos multidisciplinares em públicos diversos, acompanhamento dos programas e ações de alimentação e nutrição nas USF. A partir dos casos conhecidos pela equipe da USF, a equipe multidisciplinar é envolvida para discutir e auxiliar nas providências a serem tomadas. O estímulo à alimentação saudável e adequada é objeto de trabalho em todo o processo de atenção ao usuário.

1.4.4 AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Ainda no artigo 4º, inciso IV, da Lei 11.346/2006, "a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população", contempla as ações da Vigilância Sanitária.

A Vigilância Sanitária, através de seus fiscais e do Médico Veterinário, faz vistorias frequentes nas empresas de alimentação (restaurantes, lanchonetes, mercados, mercearias, padarias, panificadoras, açougues, escolas e outras), para verificar se os estabelecimentos estão de acordo com as legislações específicas (Código de Saúde do Paraná e publicações, decretos e resoluções da ANVISA), também são feitas palestras de orientação e todos ficam à disposição para tirar dúvidas, sempre tendo em vista o alimento seguro e a saúde da população.**1.4.5 VIGIAGUA**

O VIGIAGUA é o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, onde é realizado o controle da água semanalmente por um fiscal da Vigilância Sanitária, no qual são feitas coletas de água em pontos estratégicos do município elencados antecipadamente através de um plano anual, onde coleta-se de 5 a 10 pontos por semana em diferentes regiões, priorizando os pontos de maior concentração de pessoas, como escolas, creches, hospitais, postos de saúde e associações. Essas coletas são encaminhadas para o Laboratório do Estado (Toledo), que realiza Análise de Colimetria (Coliformes totais e E. Coli) e o Fiscal Sanitário realiza Análise Físico-química de água (monitoramento para cloro, fluor e turbidez). Se algum ponto de coleta apresentar risco a Vigilância Sanitária toma as medidas corretivas e punitivas imediatamente.

1.5 EDUCAÇÃO

Atualmente, o Município de Marechal Cândido Rondon possui 45 instituições de ensino: 17 escolas municipais, 7 centros municipais de educação infantil (CMEI's), 12 instituições de educação básicas estaduais, 4 colégios e 2 centros de educação infantil da rede privada e 3 instituições de ensino superior.

A Secretaria Municipal de Educação de Marechal Cândido Rondon (SMED), é um órgão da administração municipal responsável pela formulação e implementação da política pública de educação do Município.

A alimentação escolar municipal em Marechal Cândido Rondon faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o qual tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.
Os alimentos adquiridos pela SMED para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar obedecem às diretrizes previstas na Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, limites máximos de sódio, açúcar, gorduras saturadas e trans. É realizado controle administrativo para a aquisição e a distribuição dos alimentos, visando garantir a entrega de produtos com qualidade às Unidades Escolares.

Os cardápios da alimentação escolar são elaborados pela equipe técnica de nutricionistas, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

Os alunos que apresentam necessidades alimentares especiais (como por exemplo: intolerância à lactose, doença celíaca, diabetes mellitus, dentre outras) são atendidos com a oferta de alimentos adequados durante o período de permanência na Unidade Escolar.

Para garantir a oferta de alimentação segura e de qualidade para os alunos são realizadas supervisões periódicas pelas nutricionistas da SMED às Unidades de Ensino, zelando pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas. O monitoramento e controle dos gêneros alimentícios ocorre desde a licitação, com a solicitação de amostras dos produtos vencedores no processo de licitação para aprovação por equipe técnica. Também são realizados testes de aceitabilidade de preparações alimentícias, os quais norteiam novas programações para aquisição dos alimentos.

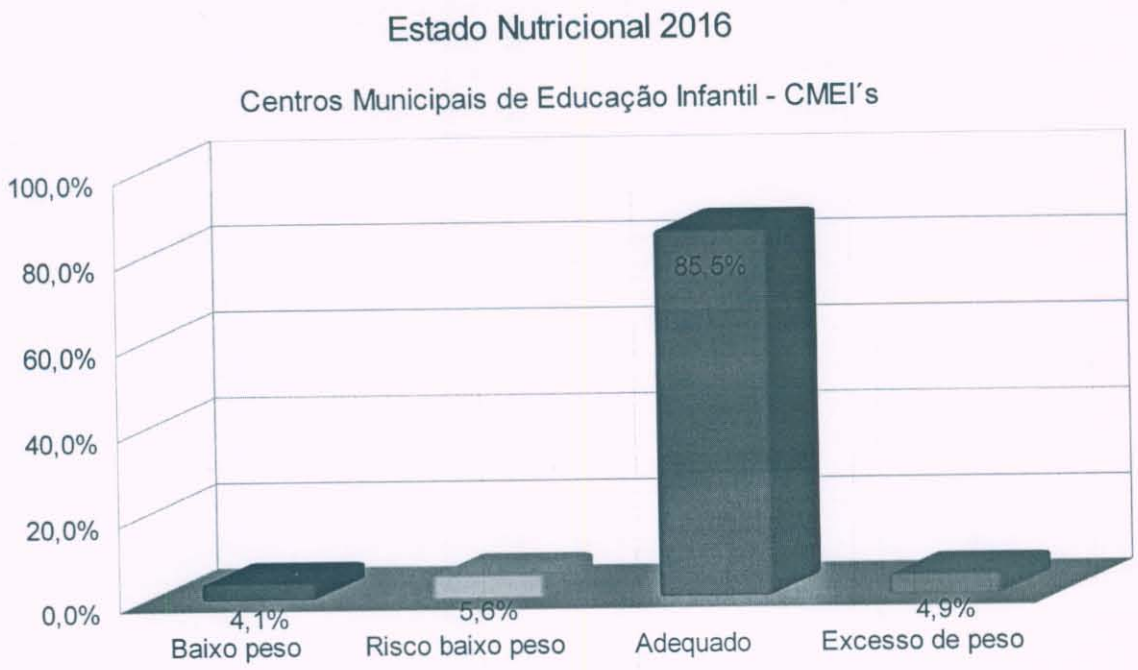
O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) Municipal, monitora e fiscaliza as ações relacionadas à alimentação escolar e é responsável pela análise da prestação de contas relativa aos recursos repassados do Fundo Nacional de Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A SMED, por meio do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (SANE), realiza a avaliação nutricional dos alunos da educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino uma vez ao ano.

O objetivo principal do monitoramento do estado nutricional dos alunos é diagnosticar a magnitude e a distribuição dos problemas nutricionais, identificar e analisar os seus determinantes, com a finalidade de estabelecer as medidas de intervenção adequadas, podendo assim subsidiar o planejamento e execução de ações de educação alimentar e nutricional (EAN) para promoção da alimentação saudável e controle de doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, diabetes, hipertensão, entre outras.

A partir dos dados antropométricos (idade, peso e altura), realiza-se o diagnóstico nutricional dos alunos e ações em EAN são desenvolvidas com a comunidade escolar, visando à redução dos índices de excesso de peso e a melhoria da qualidade de vida da população estudantil.

Gráfico 1 - Estado Nutricional de alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil:



Fonte: Departamento de Alimentação Escolar / Secretaria Municipal de Educação

Gráfico 2 - Estado Nutricional de alunos das Escolas Municipais:



Fonte: Departamento de Alimentação Escolar / Secretaria Municipal de Educação

Com a implantação do Programa Alimentação Nota 10, no ano de 2012, a escola se transformou em um ambiente promotor de vivências que valorizam práticas saudáveis de Saúde, os professores e cozinheiras atuam como mediadores da educação alimentar, através do repasse de informações sobre Alimentação e Nutrição, e o nutricionista oferece contribuição relevante para a consecução dos objetivos de uma política de alimentação escolar consistente.

O Projeto Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional iniciado no ano de 2011 através do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar, transformou-se no ano de 2015 no Projeto Formação de Professores Multiplicadores em Segurança Alimentar e Nutricional, assim capacitando os professores da rede municipal com informações em alimentação e nutrição, tendo como parâmetro o Direito Humano a Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar.

A EAN é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2014 o Projeto Nutriheróis foi lançado através das Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, onde vêm desenvolvendo inúmeras ações de intersetorialidade, comprovando a eficiência em desenvolver ações integradas para enfrentar problemas complexos.

O objetivo do Projeto Nutriheróis é promover ações de Segurança Alimentar e Nutricional para os alunos em situação de insegurança alimentar, além de atividades de prevenção para toda comunidade escolar, incluindo principalmente a família nesse processo voltado para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos alunos.

As ações de EAN acontecem em todas as unidades da rede municipal de ensino para educandos, pais e para toda a comunidade escolar. São realizadas atividades educativas sobre alimentação saudável ao longo de todo o ano. Busca-se também reforçar a ideia da escola como um ambiente de vivências que valorizam práticas saudáveis de saúde, onde a alimentação escolar além de atender as necessidades nutricionais dos alunos assume em suas diretrizes o papel de promotora da sustentabilidade.

O Projeto Horta é Mais Saúde possibilita a utilização da horta escolar no processo de educação nutricional como ferramenta pedagógica nas escolas e CMEI's. Representa uma estratégia de organização comunitária, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e promoção de hábitos saudáveis pelo consumo dos produtos cultivados. Assim o hábito do consumo de vegetais nas crianças pode ser desenvolvido na escola, além da satisfação do aluno de poder aproveitar na alimentação escolar as hortaliças que ajudou a cultivar.

A Feira de Alimentação Saudável e Alimentos Orgânicos, teve início em 2014, após reformulada todas as escolas e CMEI's participam com projetos de Educação Ambiental e EAN, acontece também a comercialização de hortaliças, legumes e panificados saudáveis elaborados pela agricultura familiar. A Feira tem a finalidade de proporcionar aos escolares e a comunidade

escolar, informações sobre segurança alimentar e nutricional, possibilitando a promoção da qualidade de vida por meio de educação.

As formações técnicas para as profissionais da alimentação escolar, ocorrem periodicamente, através de cursos teóricos, práticos e programas de valorização profissional, inserindo essas profissionais no papel de educador alimentar. As capacitações possuem temas diversos como: Boas Práticas de Manipulação dos alimentos, saúde, gastronomia sustentável, alimentação saudável e de qualidade. Em 2012 aconteceu o Primeiro Encontro Municipal de Cozinheiras e Zeladoras da Alimentação Escolar, e assim vem acontecendo todos os anos este evento.

32CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DO SISAN E SUA CONSOLIDAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR.

Para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional de sua população, a Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, junto à sociedade civil, iniciou o processo de institucionalização da Segurança Alimentar e Nutricional através da lei nº 4.729, de 18 de dezembro de 2014.

Essa Lei institui os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, a saber: a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CMSAN; o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Marechal Cândido Rondon – COMSEA; e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-Municipal.

A mobilização da sociedade através da I Conferência Municipal de SAN realizada em 31 de março de 2015, com o lema "Comida de verdade no campo e na cidade: por direito e soberania alimentar", resultou no direcionamento das ações prioritárias da Política e do Plano Municipais de SAN. Conforme mencionado anteriormente, a Conferência foi um importante momento de mobilização da sociedade no intuito de buscar subsídios, prioridades e diretrizes na construção da Política e do Plano de SAN.

Também de extrema importância nesse processo, a estruturação do COMSEA, órgão de participação e controle social, deu-se através do Decreto nº 105/2015, de 08 de maio de 2015.Desde então, o COMSEA realiza a articulação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da implementação de ações e politicas públicas voltadas aos assuntos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo ampla participação de diversos setores e segmentos que compõem a sociedade. Diante disso, afirma-se que o grande desafio do COMSEA é tornar a sociedade civil cada vez mais atuante e protagonista nos momentos históricos e políticos da organização das ações em SAN éno município.

Ainda em 2015, a Prefeitura regulamentou através do Decreto nº 156/2015, de 18 de junho de 2015 a CAISAN Municipal, que é o órgão de articulação entre as Secretarias que têm interface com a temática de SAN para a proposição e execução de políticas públicas nesse sentido.

A CAISAN Municipal teve sua composição garantida pelas secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Agricultura e Política ambiental envolvidas por meio de indicação de assessores técnicos com o objetivo de darem andamento aos trabalhos e à construção da Política e do Plano Municipais de SAN.

O Plano dá providências de como a Política municipal de SAN será colocada em prática, em execução, inclusive com as fontes orçamentárias e dispositivos de monitoramento.

Assim, a Segurança Alimentar e Nutricional e todo seu arcabouço institucional estão sendo constantemente impulsionados para que as ações sejam mais efetivas. Cabendo ao Poder Público e a Sociedade Civil pensar nos mecanismos e ações podem ser feitas com o intuito de fortalecimento dessas instâncias e do Sistema em nível local.

CAPÍTULO 3 – AÇOES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESENVOLVIDAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR.

Considerando o marco legal do SISAN, em especial, o Decreto Federal nº 7.272/2010 e os Planos Nacional e Estadual de SAN, foram utilizadas as seguintes diretrizes para o elaboração deste Plano Municipal de SAN:

Diretriz 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Diretriz 2 – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológica;

Diretriz 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

Diretriz 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

Diretriz 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;

Diretriz 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

Diretriz 7 – Apoio à iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais;

Diretriz 8 – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Para cada diretriz, foram descritos a seguir, os programas e ações desenvolvidas no âmbito da SAN no município e em consonância com o Plano Plurianual (PPA). E ainda, ao final de cada diretriz, foram as propostas da I Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2015.

Diretriz 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Meta / Ação	Responsável	Órgãos Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentário
Fortalecer a rede de atendimento, para ofertar as açoes de acordo com as necessidades especificas da cada familia/ membro.	SMAS	SMED e SMS		Programa Bolsa Família; Programa Leite das Crianças
Fortalecer as ações para controle e prevenção da obesidade e desnutrição para as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Familia e Beneficio de Prestaçao Continuadas.	SMS	SMED e SMAS		
Melhoria na qualidade e oferta do benefcio da cesta basica.	SMAS			
Implantaçao da "Cesta Saudável" com frutas, verduras e legumes adquiridos da agricultura familiar para distrubuiçao conjunta com a cesta basica de alimentos.	SMAS	SMAS e SMAPA		
Fortalecimento e Ampliaçao do Hortoecologico no CAF.	SMAS	SMAS e SMAPA		
Divulgação e implementação de materiais de apoio e qualificação das ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.	SMS	SMED e SMAS		
Programa Nacional de Alimentação Es	SMED	MEC FNDE		
Programa Alimentação Escolar Especi	SMED			

Diretriz 2 – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológica;

Meta / Ação	Responsável	Órgãos Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentário
Programa Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento: Instituir programa municipal de promoção da agroecologia, ampliando a adoção de sistemas de produção de base agroecológica, propiciando aumento da renda para agricultura familiar e a conservação ambiental.	SMAG	CAPA UNIOESTE		Mapear regiões propícias para o fomento de práticas agroecológicas (frutas, olerícolas, pequenos animais, ovos, arroz, feijão, aipim, batata, etc).
Instituir um Programa Municipal de Fomento a Produção Frutas, Legumes e Verduras: Ampliar a assistência técnica e extensão rural e incentivos para agricultores familiares, em especial, produtores de frutas, verduras, legumes.	SMAG	CAPA UNIOESTE		
Implantação do SIM - Serviço de Inspeção Municipal: Cumprindo a Lei Federal nº 9.712/1998, os Decretos Federais nº 5.741/2006, nº 7.216/2010, nº 8.445/2015.	SMAG			SISBI / SUASA
Desenvolvimento de agroindústrias familiares: Oferecer serviços técnicos e qualificações para o desenvolvimento das agroindústrias familiares e orientações na busca de financiamentos específicos.	SMAG	CAPA UNIOESTE		Investimentos com utilização de linhas de financiamento do PRONAF
Fomentar a produção de peixes e derivados: abastecimento local e da **alimentação escolar.**	SMAG	CMDA, CAE, UNIOESTE		Incentivar frigoríficos com potencial no município.
Promoção de Sistemas Agroflorestais para abastecimento: Desenvolver modelos de uso de florestas para produção de alimentos com base em técnicas agroecológicas.	SMAG	CAPA UNIOESTE		
Gestão de Água e Solo rural em Microbacias: Promover a gestão ambiental integrada em microbacias, objetivando recuperar e/ou preservar a capacidade produtiva dos recursos naturais.	SMAG	CAPA UNIOESTE		
Alimentação escolar orgânica: Realizar ações diretas do município de incentivo a produção agroecológica e orgânica para abastecimento da alimentação escolar.	SMED	CAPA EMATER UNIOESTE		Instituir Lei municipal de aquisição de alimentos orgânicos para a alimentação escolar.
Promover Feiras da Agricultura Familiar: realizar semanalmente feiras nos bairros.	SMAG	Feirantes EMATER CAPA		Sugestão: bairros São Lucas, Primavera, Boa Vista e São Francisco.

Diretriz 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

Meta / Ação	Responsável	Órgãos Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentário
Divulgação e implementação de materiais de apoio e qualificação das ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.	SMS	SMED e SMAS		
Promoção da alimentação adequada e saudável em grupos específicos	SMS	UBS, ESF, SMAS		Ações de Educação Alimentar e Nutricional.
Implantação do PSE – Programa Saúde na Escola	SMS	SMED Ministério da Saúde		Divisão das ações conforme componentes do PSE.
Formação de Professores Multiplicadores em Segurança Alimentar e Nutricional. (Conscientização sobre a importância da realização de atividades de educação alimentar e nutricional de forma permanente em sala de aula e promoção de esclarecimentos sobre conceitos relacionados à alimentação e nutrição).	SMED	UNIOESTE		
Feira de Alimentação Saudável e Alimentos Agroecológicos. (Proporcionar a comunidade escolar informações sobre segurança alimentar e nutricional, possibilitando a promoção da qualidade de vida por meio de educação).	SMED	CAPA		
Formação e valorização dos profissionais cozinheiros e zeladores da alimentação escolar municipal. (Boas Práticas de Manipulação dos alimentos, Saúde, Gastronomia Sustentável, Alimentação Saudável e de qualidade).	SMED			

Diretriz 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

Meta / Ação	Responsável	Órgãos Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentário
Monitoramento do estado nutricional de alunos da Rede Municipal de Ensino	SMED			Aferição do peso e estatura dos alunos na própria unidade de ensino.
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. (Contribui para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta da alimentação saudável).	SMED	MEC FNDE		
Projeto Nutriheróis (Objetivo: promover ações de SAN para os alunos em situação de insegurança alimentar, além de atividades de prevenção para toda comunidade escolar, incluindo principalmente a família nesse processo voltado para a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos alunos).	SMED SMS SMAS			
Projeto Horta é Mais Saúde. (Possibilita a utilização da horta escolar no processo de educação nutricional como ferramenta pedagógica nas escolas e CMEI´s. Representa uma estratégia de organização comunitária, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e promoção de hábitos saudáveis pelo consumo dos produtos cultivados).	SMED			
Projeto Hortoecológico. Modelo Sociopedagógico de cultivo de horta agroecológica junto ao CAF, para treinamento de grupos de pessoas da comunidade em geral.	SMAS			
Sabor da agroecologia na alimentação escolar.	SMED	CAPA		
Peixe na alimentação escolar	SMED	UNIOESTE		Fortalecimento da agricultura familiar (piscicultura).

Diretriz 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

Meta / Ação	Responsável	Órgãos Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentário
NÃO SE APLICA A REALIDADE DO MUNICÍPIO				

Diretriz 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;

Meta / Ação	Responsável	Órgãos Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentário
Fortalecer as ações para controle e prevenção da obesidade no âmbito do SUS	SMS	UBS, ESF, SMED, SMAS		
Promoção da alimentação adequada e saudável em grupos específicos	SMS	UBS, ESF, SMAS		Ações de Educação Alimentar e Nutricional.
Ampliar oferta de profissionais Nutricionistas na rede de atenção a saúde.	SMS			
Implantação do NASF – Nícleo de Apoio a Estratégia Saúde da Família	SMS	ESF/MS		
Implantação do PSE – Programa Saúde na Escola	SMS	SMED/MS		Divisão das ações conforme componentes do PSE.
Fortalecer Programa de Nutrição Especial – Formulados	SMS/SMED	SMS / SMED		SMED: oferta na instituição de ensino. SMS: conforme prescrição nutricional.
Fortalecer as ações de fiscalização e orientação da vigilância sanitária	SMS			
Divulgação e implementação de materiais de apoio e qualificação das ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.	SMS	SMED		

Diretriz 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

Meta / Ação	Responsável	Órgãos Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentário
Manutenção preventiva nos sistemas de captação e poços	SAAE	SMAG SMED SMAS SMSA		
Ampliação do sistema de reservação de água	SAAE	SMAG SMED SMAS SMSA		
Campanhas de preservação, controle de invasão e recuperação da mata ciliar	SAAE	SMAG SMED SMAS SMSA		
Orientação à agricultores quanto ao uso de agrotóxicos	SAAE	SMAG SMED SMAS SMSA		
Extensão de rede na sede e distritos	SAAE	SMAG SMED SMAS SMSA		
Novas ligações na sede e distritos	SAAE	SMAG SMED SMAS SMSA		
Universalização do atendimento de Esgotamento sanitário	SAAE	SMAG SMED SMAS SMSA		

Diretriz 7 – Apoio à iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional do direito humano à alimentação adequada em âmbito regional;

Meta / Ação	Responsável	Órgãos Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentário
Participar e realizar eventos relacionados ao tema em nível regional, estadual, nacional e internacional.	Gabinete			
Participar de conselhos, comissões e comitês relacionados ao tema.	Gabinete			

Diretriz 8 – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Meta / Ação	Responsável	Órgãos Parceiros	Informações Orçamentárias	Comentário
Monitoramento da situação alimentar e nutricional por meio do SISVAN	SMS	UBS, CRAS		Programa Bolsa Família; Programa Leite das Crianças
Consolidação do SISAN: Desenvolver ações que promovam a SAN no município, além de prestar apoio técnico e administrativo ao COMSEA/MCR.	Gabinete	SMA, SMAS, SMED e SMS		
Controle de qualidade da alimentação escolar municipal	SMED	CMEI´s Escolas		

43CAPÍTULO 4 – INDICADORES PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR.

Indicador	Abrangência	Periodicidade	Fonte
IDM - Índice de Desenvolvimento Humano - municipal	Município	Bienal	PNUD
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, anos finais	Município	Bienal	INEP
PIB – Produto Interno Bruto *per capita*	Município	Anual	IBGE
Pessoas ocupadas por setor	Município	Anual	IBGE
Cobertura de Equipe de Saúde da Família	Município	Anual	MS
Razão de mortalidade materna	Município	Anual	SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade / SINASC / Busca ativa
Taxa de Mortalidade Infantil	Município	Anual	SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade / SINASC / Busca ativa
Taxa de mortalidade neonatal tardia	Município	Anual	SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade / SINASC / Busca ativa
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Município	Anual	SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade
Taxa de mortalidade por neoplasias malignas	Município	Anual	SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade
Taxa mortalidade prematura (30 a 70anos), por DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis	Município	Anual	SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade
Taxa de prevalência de excesso de peso	Nacional, Estadual e Municipal	Bienal	SISVAN e Vigitel
Cobertura do PSE – Programa Saúde na Escola	Município	Anual	DAB/MS; Censo escolar/MEC.

Número de ações da Vigilância Sanitária (Consideradas necessárias)	Município	Anual	SIASUS/DATASUS
Produção de alimentos	Município	Anual	DERAL
Disponibilidade de alimentos	Município	Anual	DERAL
Taxa de incidência de tuberculose	Município	Bienal	SINAN / MS
Controle e erradicação da brucelose e tuberculose	Município	Anual	ADAPAR
Universalização do Sistema de Abastecimento de Água, população urbana	Município	Anual	SAAE
Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água, população rural	Município	Anual	SAAE
Índice de potabilidade da Água	Município	Anual	SAAE
Índices de perdas de distribuição de água	Município	Anual	SAAE
Continuidade no abastecimento	Município	Anual	SAAE

CAPÍTULO 5 – DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PARANÁ.

Um dos principais desafios relacionados à SAN é a criação de um contexto favorável à adoção de **hábitos alimentares mais saudáveis e adequados** pela população brasileira. A implementação de políticas públicas que promovam uma alimentação adequada e saudável, baseada em alimentos *in natura,* tem ganhado cada vez mais espaço.

A garantia integral do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) deve ser concebida a partir de duas dimensões: **estar livre da fome e da desnutrição e ter acesso a uma alimentação adequada e saudável.**

Neste contexto, o crescente consumo de produtos ricos em açúcares (guloseimas, sucos, refrigerantes e refrescos) e gorduras (produtos ultraprocessados), aliado ao consumo de frutas e hortaliças menor do que o recomendado tem resultado no **aumento de peso da população, se caracterizando também como condição de insegurança alimentar e nutricional.**

Portanto, faz-se necessário a implantação de uma **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade**, contendo: Acesso a alimentos adequados e saudáveis; Ações de educação, comunicação e informação; Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos; Monitoramento do Estado Nutricional da população; Atenção integral à saúde de pessoas com sobrepeso/obesidade na rede de saúde; Regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos.

Antes da implantação desta estratégia é a ampliação do número de profissionais Nutricionistas na Saúde, de 1 (um) para 5 (cinco), conforme previsto na Resolução CFN nº 380/2005, que estabelece parâmetros numéricos de referência, **sendo 2 (dois) para atendimento clínico nutricional, 1 (um) para atendimento clínico domiciliar de pacientes em nutrição via sonda enteral, 1 (um) para Estratégia Saúde da Família e Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, 1 (um) para Políticas e Programas Institucionais (SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, PLC - Programa Leite das Crianças, PBF – Programa Bolsa Família, PSE – Programa Saúde na Escola, Programa de suplementação de ferro e vitamina A, etc).**

Com relação as oportunidades, a crescente valorização e procura de produtos orgânicos pelos consumidores tende a intensificar a produção da agricultura familiar. No entanto, para o aproveitamento desta oportunidade, também encontramos alguns **desafios que se colocam para consolidar e ampliar esta produção: disponibilidade de mão de obra; oferta ou acesso a crédito para aquisição de equipamentos adequados para plantio, colheita e limpeza; organização dos produtores e da produção; estrutura de distribuição e de acesso ao mercado; manutenção dos mercados institucionais e oferta de assistência técnica especializada.**

45REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Censo Agropecuário 2006,** IBGE. - Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf Acessado em 20/10/2016 às 14h59.

CONSTANTY, F. P. H e ZONIN, W. J. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sustentabilidade: O caso do município de Marechal Cândido Rondon.** Revista Desenvolvimento Meio Ambiente, v. 36, p. 371-392, Abr, 2016.

PNUD 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Municípios 2010.** Disponível em: http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html Acessado em 20/10/2016.

BRASIL, Presidência da República. Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/leis/2006/Sisan%20-%20Lei%20no2011.346-%20de%2015%20de%20setembro%20de%202006.pdf Acesso em 20/10/2016, às 15h07

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde.** Secretaria de Atenção à Saúde.Departamento de Atenção Básica. Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde:** Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:** 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Curitiba, PR: CAISAN/PR, 2013.**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AAS - Alimentação Adequada e Saudável
AF - Agricultura Familiar

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais
CAISAN - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN - Educação Alimentar e Nutricional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MS – Ministério da Saúde
NASF - Núcleo da Saúde da Família
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PBF – Programa Bolsa Família
PIB – Produto Interno Bruto
PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA - Plano Plurianual
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONARA - Programa Nacional de Redução de Uso de Agrotóxicos
PSE - Programa Saúde na Escola
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISPLANSAN - Sistema de Monitoramento do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUS - Sistema Único de Saúde
UBS – Unidades Básicas de Saúde
Vigitel - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico